

## **Apropriação territorial e controle da propriedade: um panorama geral da história rural luso-brasileira**

### **Organizadores:**

Marcio Antônio Both da Silva - Universidade Estadual do Oeste do Paraná e INCT-Proprietas

Ana Isabel RP Cortez Reis - INCT – Proprietas/URCA

### **Parte I:**

**Moderador:** Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis

#### **Na fluidez das águas, terras e leis (Portugal e Brasil, séculos XVIII/XIX)**

Márcia Motta. (menendesmotta9@gmail.com) INCT Proprietas, Brasil

A comunicação tem como objetivo esquadrihar as distintas querelas debatidas pelos juristas do século XIX e XX, acerca do acesso à propriedade da água e das terras ribeiras, em contexto luso-brasileiro. Parte-se aqui do pressuposto que para além das inúmeras contribuições das ciências humanas sobre a crise hídrica e o controle das águas doces, há que se dar luz aos dilemas e propostas desnudadas pelos juristas daquele período para se compreender como foram constituídas as bases legais que sustentaram determinadas interpretações sobre o uso, controle e gestão das águas em sua relação com a apropriação do território. Assim - e ao ter por base as discussões jurídicas, em especial as de Manoel de Almeida e Sousa Lobão, considerado um dos maiores juristas luso e autor de um livro-chave sobre as definições e direitos de acesso à água do oitocentos -, a proposta se territorializa em experiências históricas concretas. Elas são vistas, portanto, como emblemas das similaridades e distinções da história brasileira e portuguesa acerca do tema, em destaque na conjuntura de publicação das obras de Lobão e dos embates acerca da expansão do código napoleônico e suas releituras locais (Brasil e Portugal).

Propriedade; Controle das Águas; Território

#### **Antes da seca de 1877: discursos sobre território, água e produção agrícola no Ceará**

Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis. (belparente@gmail.com) Universidade Regional do Cariri, Brasil

Antes de 1877, ano em que a seca passou a ser assunto primordial nos relatórios de presidente de província do Ceará, as discussões em torno do território, sobretudo o seu interior – o sertão – esteve concentrado em destacar as regiões entendidas como propícias à Grande Lavoura. Muito embora a realidade do território cearense fosse a ausência de rios perenes e navegáveis, condições que se constituíram em desafios para a mobilidade no interior do Ceará, na maior parte do ano, até o início do século XIX. Na década de 1860, com as imposições da Lei de Terras e a necessidade de atrelar a província à nação brasileira, que se pretendia moderna, o Ceará foi apresentado como espaço aprazível e ‘essencialmente agrícola’ pelos administradores provinciais, tempo que serras e regiões com clima ameno e presença de água doce foram o alvo de estudos de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Pedro Theberge. Esses autores se destacaram com produções sobre vegetação e condições climáticas no Ceará: Pedro Theberge além de escrever Esboço

Histórico Sobre a Província do Ceará produziu a Carta chorographica Província do Ceará com a divisão eclesiastica, e indicação da civil judiciária até hoje; o Senador Pompeu escreveu sobre preservação de forma mais específica no livro Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará.

Território; Seca e controle da água; Produção agrícola; Brasil; Século XIX

### **As catástrofes "naturais" e os conflitos sociais: seca, doenças e fome nos sertões cearenses do século XIX**

Darlan de Oliveira Reis Junior. (darlan.reis@urca.br) Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Segundo Antonio Cândido, em Os parceiros do Rio Bonito, o problema do imperativo alimentar é o mais antigo, o mais constante e a preocupação mais geral na condição camponesa, uma relação social catastrófica entre grupos desigualmente dotados. A comunicação tem por objeto a relação entre os fenômenos considerados “naturais” como as secas e doenças e os causados pelas relações sociais, as epidemias de fome, nos sertões da Província do Ceará, que atingiram milhares de camponeses no século XIX. A questão está diretamente ligada às relações sociais de poder, da apropriação dos recursos e de controle do espaço social. Esses fenômenos repercutiram de diferentes maneiras: nas relações sociais, na organização do trabalho, nas ações de governo e nas explicações sobre os problemas regionais. Um componente decisivo na ampliação das epidemias - sejam de fome, sejam das doenças causadas por vírus, bactérias e parasitas - era o aumento da pobreza e da miséria, associadas às condições de insalubridade. Tais fenômenos devem ser estudados do ponto de vista histórico, pois as catástrofes ditas “naturais” na verdade, tem profundo componente social.

Fome; Seca; Epidemias; Ceará; Século XIX

### **Tensões sociais, agricultura de subsistência e disputa pela terra no nordeste brasileiro, século XIX**

Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi. (anacortezirffi@ufc.br) Universidade Federal do Ceará, Brasil

A presente proposta tem como objetivo discutir as questões da produção agrícola para subsistência e identidade social no século XIX, sobretudo no Nordeste brasileiro. Importa perceber como os embates sociais, percebidos no processo de construção da nação brasileira, foram cruciais no processo de organização do espaço habitável e na produção de alimentos para subsistência, frente aos apelos de uma produção para agro exportação. Nessa tensão foi construída uma identificação negativa sobre os que não participavam do processo de produção para a agro exportação e se colocavam na luta pela disputa de terras para a lavoura de mandioca e cana para o fabrico de rapadura e aguardente para consumo e mercado local. Tais tensões marcaram as disputas pelas terras, sobretudo as molhadas, e a identificação de uma população de camponeses, com o termo desqualificativo, de cabras.

Agricultura de susistência; Identidade Social; Século XIX; Brasil; Cabras

## **O abastecimento de carne na Salvador imperial: entre a ciência e o poder político (1822-1889)**

Rodrigo Freitas Lopes (rodrigolopes28@hotmail.com) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

O abastecimento de carne verde no Brasil, foi uma atividade geradora de preocupações administrativas e fator de preocupação primordial das autoridades brasileiras desde o período colonial. O gado trazido ao Brasil como força motriz, ainda no século XVI, e transformado em criação extensiva a partir da Bahia, fornecia para a população soteropolitana possibilidades de alimentação essenciais para o período, tendo influenciado as formas de organização e existência da sociedade na cidade de Salvador, ao longo de sua história. Na Bahia do século XIX, as atividades ligadas à criação, abate e distribuição das carnes à população, influenciou a própria organização social e urbana, determinando o sentido do crescimento da cidade de Salvador, estabelecendo e reafirmando diferenças entre as classes sociais, a partir do acesso aos tipos de cortes a que cada fração de classe, proletária ou burguesa, teria acesso; e por fim, direcionando os saberes científicos da época, sobretudo os saberes médicos e a engenharia civil, sobre as formas mais saudáveis e higiênicas de obter e consumir a carne verde no espaço urbano, gerando impactos culturais na administração da cidade, nas redes de comércio, e nas sociabilidades entre as elites urbanas e as frações de classe mais pobres da cidade.

Abastecimento; Ciência; Bahia século XIX; Relações sociais; Alimentação

## **Engenho Boa Sorte: um caso de separação de sociedade e partilha**

Vinicius Bonifacio Santos Alves (vinicius.nikima@gmail.com) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Esta comunicação tem como objetivo trazer para a luz da historiografia baiana como os jogos de interesses sobre a terra causam fins de sociedades e partilha dos bens. Utilizando como fontes primárias a escritura de compra e venda, e um processo de separação de sociedade e partilha da propriedade. O engenho de cana de açúcar, Boa Sorte, estava localizado em Santo Amaro, importante território açucareiro baiano. Os compradores são: Antônio de Freitas Paranhos e José Teixeira Ribeiro no ano de 1859 pelo valor de 160:000\$000 contos de réis por suas terras, bem feitorias, utensílios e escravaria. A sociedade durou até 1860, segundo processo que partilha a propriedade em: 776 tarefas de terras, 46 escravos, 43 cabeças de gado e 12 cavalos para um e para o outro sócio 775 tarefas de terras, 45 escravos, 41 cabeças de gado e 12 cavalos. Para além da declaração dos números, a fonte traz ricos detalhes sobre as terras do engenho, nomes e condições físicas de cada escravizado e finalizando com um mapa. Tendo em vista o potencial das fontes apresentadas brevemente aqui, trago para este evento a possibilidade de apresentar uma discussão sobre a necessidade que a história agrária da Bahia tem em fazer visível as discussões que perpassam a posse, compra, venda, uso e domínio da terra.

engenho Boa Sorte; engenhos de açúcar no Recôncavo Baiano; separação e partilha de propriedade rural; história agrária da Bahia